

---

RESOLUÇÃO Nº 016, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

*Disciplina a aplicação das hipóteses do procedimento auxiliar de Credenciamento, previstas no art. 79 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e dá outras providências.*

WILLIAM FERNANDES MUSSI, presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS – CISAB ZONA DA MATA, no uso de suas atribuições legais e conforme aprovação da assembleia geral realizada no dia 30 de março de 2023:

**REGULAMENTA:**

**Capítulo I**  
**Das Disposições Gerais**

**Artigo 1º.** O procedimento auxiliar de credenciamento, no âmbito do CISAB-ZM, obedecerá ao disposto nesta Resolução e é aplicável às licitações e contratações realizadas com base na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**Parágrafo único.** Além dos procedimentos previstos no art. 79 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o credenciamento de interessados poderá ser utilizado sempre que houver inviabilidade de competição, quando o objetivo da administração for dispor da maior rede possível de prestadores de serviços mediante condições padronizadas e previstas no instrumento de convocação, sem diferenciação de tratamento entre os credenciados.

**Artigo 2º.** Para os efeitos desta Resolução, serão adotadas as seguintes definições:

- I - credenciamento: processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, credenciem-se no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados;
- II - contratação paralela e não excludente: hipótese em que é viável e vantajosa para a administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;
- III- contratação com seleção a critério de terceiros: hipótese em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;
- IV - contratação em mercados fluidos: hipótese em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.

---

## Capítulo II Do Cadastramento

**Artigo 3º.** Para a contratação do credenciado, deverá ser realizado processo de inexigibilidade de licitação, previsto no inciso IV do art. 74 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, devendo o processo observar o disposto no art. 72 da referida lei, bem como as observações previstas em regulamento próprio de inexigibilidade.

**Artigo 4º.** O cadastramento de interessados será iniciado com a abertura de processo administrativo, em que a Administração Pública observará o disposto no art. 79 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**§1º.** Fica permitida a realização de sessão pública para o credenciamento de interessados a qualquer tempo após a publicação do edital.

**§2º.** A Administração poderá, no extrato de divulgação do edital, fixar prazo para a realização de sessão pública de abertura da documentação a ser enviada pelos interessados no credenciamento.

**§3º.** Na sessão pública de credenciamento, caso o interessado tenha deixado de apresentar documentos exigidos no edital ou apresentado fora do prazo de validade, cabe ao agente de contratação a realização de diligência, conferindo-lhe prazo para regularização, indicando em ata quais documentos já apresentados vencerão no curso do prazo concedido, os quais também deverão ser apresentados atualizados na data estipulada, garantindo a manutenção da regularidade.

**§4º.** A não apresentação da documentação no prazo estipulado ou a apresentação incorreta, implicará no indeferimento da solicitação de credenciamento do interessado.

**§5º.** Em caso de indeferimento da solicitação de credenciamento, caberá recurso, no prazo de três dias úteis, a contar da publicação da decisão de indeferimento no Diário Oficial adotado pelo CISAB-ZM.

**§6º.** O recurso deverá ser interposto perante a autoridade que prolatou a decisão, sendo-lhe facultado retratar-se no prazo de três dias úteis, caso em que poderá pedir a complementação da documentação ou esclarecimentos sob pena de novo indeferimento.

**§7º.** Se a decisão recorrida for mantida, o recurso será encaminhado para julgamento da autoridade superior responsável pelo certame ou ao qual a gestão do contrato esteja vinculada ou ocupante de cargo equivalente.

**§8º.** A forma de interposição dos recursos será indicada no edital de credenciamento.

---

**Artigo 5º.** O edital de credenciamento será divulgado e mantido à disposição do público, no Diário Oficial adotado pelo CISAB-ZM, no sítio eletrônico oficial do CISAB-ZM e no Portal Nacional de Contratações Públicas, e seu resultado será publicado ao menos no Diário Oficial.

**Artigo 6º.** Após a divulgação do edital, a Administração pública fica autorizada a convocar interessados a se credenciar, através de ofícios expedidos pelo setor requisitante do Consórcio, desde que sejam encaminhados ao maior número de potenciais interessados para a execução do objeto, respeitando-se o Princípio da Impessoalidade.

**Artigo 7º.** O interessado que atender a todos os requisitos previstos no edital de credenciamento, se habilitado, será credenciado no CISAB-ZM, encontrando-se apto a ser contratado para executar o objeto quando convocado.

**Artigo 8º.** A inscrição de interessados no credenciamento implica a aceitação integral e irrestrita de todas as condições estabelecidas nesta Resolução e no edital de credenciamento.

**Artigo 9º.** Durante a vigência do edital de credenciamento, incluídas as suas republicações, a Administração contratante, a seu critério, poderá convocar os credenciados para nova análise de documentação, quando serão exigidos os documentos que comprovem a manutenção das condições apresentadas quando do credenciamento do interessado, especialmente para a assinatura do contrato respectivo.

**Artigo 10.** O credenciamento não obriga a administração pública a contratar.

**Artigo 11.** A administração deve permitir o cadastramento permanente de novos interessados, mantendo-se o edital sempre aberto.

**§1º.** Havendo solicitação do setor requisitante, o edital poderá ser republicado, com periodicidade não superior a vinte e quatro meses, para garantir a publicidade efetiva do procedimento.

**§2º.** A depender do objeto e de forma devidamente motivada, o edital poderá estipular prazo para a assinatura de novos contratos, de modo a permitir melhor fiscalização e controle do fornecimento do bem ou serviço por parte dos credenciados.

**Artigo 12.** O edital fixará as condições e prazos para a denúncia ao credenciamento, obedecendo aos seguintes critérios:

I - o pedido de descredenciamento pelo interessado, sem a aplicação de penalidades administrativas, poderá se dar antes da assinatura do contrato, ou relativamente a novos contratos

com o mesmo objeto, após a contratação, as hipóteses de rescisão serão regidas pelos próprios instrumentos contratuais;

II - o credenciamento por ato da administração pública poderá se dar, dentre outras hipóteses condizentes com o objeto do credenciamento:

- a) por desinteresse da administração no objeto, devidamente fundamentado no processo administrativo respectivo;
- b) por descumprimento das condições mínimas para a contratação por parte dos credenciados;
- c) pela rescisão do contrato decorrente do credenciamento por culpa do credenciado;
- d) pela aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar com a administração pública ou Declaração de Inidoneidade.

**Parágrafo único.** A ausência de manutenção das condições iniciais, o descumprimento das exigências desta Resolução, do edital, do contrato ou da legislação pertinente poderá ensejar o credenciamento do interessado, observado o contraditório e a ampla defesa.

## Seção I

### Das Hipóteses de Credenciamento

#### Subseção I

#### Da Contratação Paralela e Não Excludente

**Artigo 13.** Na hipótese de contratação paralela e não excludente, caso não se pretenda a convocação, ao mesmo tempo, de todos os credenciados para a execução do serviço ou fornecimento do bem, o edital deverá prever os critérios objetivos de distribuição da demanda, podendo ser adotados, dentre outros, os seguintes:

- I - convocação dos credenciados por ordem de inscrição;
- II - sorteio;
- III - localidade ou região onde serão executados os trabalhos.

**§1º.** Na hipótese do inciso I, a ordem de inscrição dos credenciados deverá ser expressamente indicada pelo agente de contratação na Ata da sessão pública que o habilitou, a qual será disponibilizada no sítio eletrônico oficial do responsável pela contratação.

**§2º.** Será considerado o dia da inscrição aquele em que todos os documentos exigidos no edital forem apresentados na sua completude e regularidade.

**§3º.** O sorteio de que trata o inciso II será realizado em sessão pública, e o comparecimento do credenciado à sessão é facultativo.

**Artigo 14.** É vedada a indicação, pelo contratante, de credenciado para atender demandas.

### Subseção II

#### Da Contratação Com Seleção a Critério de Terceiros

**Artigo 15.** O credenciamento para contratação com seleção a critério de terceiros se dará nas hipóteses em que o beneficiário direto da prestação de serviço ou do fornecimento de bens definirá com quem contratará, e servirá exclusivamente para indicação, aos terceiros, daqueles que atendem os critérios e requisitos estabelecidos pela administração pública para atendimento do interesse público.

**Parágrafo único.** O preço do bem ou serviço será definido, pela administração pública, por meio de edital de credenciamento.

### Subseção III

#### Da Contratação em Mercados Fluidos

**Artigo 16.** A contratação em mercados fluidos se dará nas hipóteses em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.

**§1º.** No caso de contratação por meio de mercado fluido, as exigências de habilitação podem se restringir às indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

**§2º.** O edital de credenciamento dos interessados para a contratação de serviços ou fornecimento de bens em mercados fluidos observará, no que couber, o disposto nos artigos 3º e seguintes (do cadastramento), e deverá prever descontos mínimos sobre cotações de preços de mercado vigentes no momento da contratação.

**Artigo 17.** A administração deverá firmar um acordo corporativo de desconto com os fornecedores dos serviços ou bens a serem contratados prevendo a concessão de desconto mínimo disposto no termo de referência incidente sobre o preço de mercado no momento da contratação.

**Artigo 18.** Para a busca do objeto a que se refere a contratação em mercados fluídos, deverá ser fornecida, quando couber, solução tecnológica que permita a integração com sistemas gerenciadores e acesso via *web services* aos sistemas dos fornecedores.

**Artigo 19.** Todos os credenciados que se manifestarem e que atenderem às exigências do edital poderão celebrar o contrato para a prestação do serviço ou fornecimento do bem, não havendo procedimento de classificação das manifestações.

**Artigo 20.** No momento da contratação, a administração deverá registrar as cotações de mercado vigentes, com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como de Resolução própria, quando couber.

**Artigo 21.** A administração poderá celebrar contratos com prazo de até cinco anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, podendo ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e respeitadas as diretrizes do art. 106 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**Artigo 22.** Eventuais complementações dessa Resolução serão tratadas por regulamentações próprias, bem como com disposições específicas no Edital de credenciamento, quando couber.

**Artigo 23.** Esta Resolução deverá ser aplicada de forma conjunta com os demais atos normativos expedidos pelo CISAB-ZM visando a regulamentação da Lei nº 14.133/2021.

**Artigo 24.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Parágrafo único.** Permanecem regidos pela legislação anterior todos os procedimentos administrativos autuados ou registrados sob a égide da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, incluído contratações e eventuais renovações ou prorrogações de vigências respectivas.

Viçosa-MG, 30 de março de 2023.

WILLIAM FERNANDES MUSSI  
*Presidente do CISAB Zona da Mata*



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: E2FB-6709-D83A-7629

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



WILLIAM FERNANDES MUSSI (CPF 236.XXX.XXX-72) em 09/04/2023 20:09:59 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cisab.1doc.com.br/verificacao/E2FB-6709-D83A-7629>